

FUNDAÇÃO RENOVA
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)



CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2016**

1. **Data, Horário e Local:** No dia 30 de novembro de 2016, às 11 horas, na sede social da Fundação Renova, localizada na Av. Getúlio Vargas, 671, 4º andar, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

2. **Convocação, Presença e Instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 25 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:

- 2.1. Conselheiros titulares indicados pela Mantenedora Principal Samarco Mineração S.A., os senhores Wilson Nélio Brumer e Celso Castilho de Souza, participando de forma presencial;
- 2.2. Conselheiros titulares indicados pela Mantenedora Subsidiária Vale S.A., os senhores Wilson Márcio Depes e Luiz Soresini, participando de forma presencial;
- 2.3. Conselheiros titulares indicados pela Mantenedora Subsidiária BHP Billiton Brasil Ltda., os senhores Ian Burton Wood e Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão, participando de forma presencial;
- 2.4. Conselheiro titular indicado pelo Comitê Interfederativo, o senhor Fábio José Feldmann, participando de forma presencial;
- 2.5. Presentes também os seguintes convidados do Conselho Curador: Roberto Silva Waack, Diretor Presidente da Fundação Renova, Galib Abraão Chaim, Diretor de Programas da Fundação Renova, Dra. Valma Leite da Cunha, Promotora de Justiça de Fundações de Belo Horizonte, Melinda Buckland, *Senior Manager Community Relation* da Mantenedora Subsidiária BHP Billiton Brasil Ltda., Leonardo André Gandara, Gerente Jurídico da Fundação Renova, Guilherme Almeida Tângari, Gerente de Governança Corporativa da Mantenedora Principal Samarco Mineração S.A., Andrea Dourzi Seif, Coordenadora Técnica da Fundação Renova, Carlos Henrique Ribeiro, Gerente de Finanças da Fundação Renova, Jose Luiz Furquim Werneck Santiago, Gerente de Programas Socioeconômicos da Fundação Renova, Thiago Marchezi Doellinger, Gerente de Programas Socioambientais da Fundação Renova, Euzimar Augusto da Rocha Rosado, Coordenador Técnico de Meio Ambiente da Fundação Renova, Roberta Guasti Porto, Gerente de Compliance da Fundação Renova, Juliana Machado, Gerente Geral de Comunicação Empresarial da Mantenedora Principal Samarco Mineração S.A. e Marcelo Figueiredo, Gerente de Projetos da Mantenedora Subsidiária Vale S.A..

VISTO

D.M. 102/17

Valma Leite da Cunha
Promotora de Justiça
Curadora de Fundações



Em obediência aos termos do Estatuto Social da Fundação Renova, em especial ao artigo 26, o Presidente da Mesa (indicado no item 3 abaixo) atestou o cumprimento das formalidades de convocação, atestou a existência de quórum suficiente e instalou a reunião.

3. **Mesa:** Presidente: Sr. Wilson Nélio Brumer. Secretário: Sr. Guilherme Almeida Tângari.

4. **Ordem do Dia:**

- (a) Orçamento 2017;
- (b) Estrutura organizacional e política salarial;
- (c) Tratamento tributário da Fundação;
- (d) Termos de referência do Comitê Jurídico e de *Compliance* e do Comitê Técnico;
- (e) Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo.

5. **Discussões:**

- 5.1. O Presidente do Conselho iniciou os trabalhos agradecendo a participação da Dra. Valma Leite da Cunha, Promotora de Justiça de Fundações de Belo Horizonte. Após isso, pediu ao Diretor Presidente que apresentasse uma atualização dos trabalhos conduzidos pela Fundação desde a última reunião do Conselho Curador;
- 5.2. O Diretor Presidente iniciou seu relato abordando o processo de comunicação e o esforço muito grande em segregar a Fundação das suas mantenedoras. O que se pode perceber são poucas críticas direcionadas diretamente à Fundação, mas ainda assim podem ser evidenciadas algumas instituições questionando sua atuação. Especificamente em relação à imprensa, sua posição tem sido majoritariamente positiva em relação a Fundação. Frisou que o relacionamento da Fundação vem sendo construído com diversos públicos, destacando-se a clara percepção de melhoria no relacionamento com o Comitê Interfederativo (CIF), ressaltando o papel do Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann nesse processo. No entanto, há necessidade de aprimorar a relação dos representantes da Fundação com as Câmaras Técnicas;
- 5.3. O Diretor Presidente reforçou que a governança desenhada para o cumprimento do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) determina que as discussões técnicas sejam realizadas nas Câmaras Técnicas, portanto, é fundamental que a Fundação conduza esse processo de forma bastante próxima e estruturada com os profissionais dos diversos órgãos que as compõem;
- 5.4. Prossequindo, o Diretor Presidente reconheceu que a relação da Fundação com a sociedade precisa de melhorias. O mapeamento de *stakeholders* deve ser concluído e tais *stakeholders* devem ser inseridos nos programas do TTAC. É importante ressaltar que o CIF entendeu que eventuais atrasos de implementação decorrentes de engajamento e participação da sociedade devem ser considerados como atenuantes em caso de inadimplemento de alguma cláusula do TTAC;

VISTO
em 30/11/16
Valma Leite da Cunha
Promotora de Justiça de Fundações



- 5.5. Sobre o Plano de Emergência para o Período Chuvoso, foi destacado que o seu desenvolvimento foi amplamente discutido e revisado pelos times técnicos, pelos órgãos públicos e pela sociedade em geral. O Diretor Presidente elogiou o comprometimento da equipe responsável pela elaboração e implementação do plano;
- 5.6. Foi informado que a Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água elaborou um termo de referência que permite a discussão e implementação de um programa que seja efetivo, o que deve ser visto de forma muito positiva. A responsabilidade pela gestão do programa pode ser da Fundação, o que tem gerado algumas discussões sobre a delimitação de papéis e responsabilidades nesse processo;
- 5.7. Sobre o Programa de Indenização Mediada (PIM), o Diretor Presidente ressaltou os questionamentos em instâncias judiciais. A Fundação vem enfrentando dificuldades em demonstrar o funcionamento do PIM, seus conceitos e a dinâmica da condução das questões judiciais ligadas às indenizações;
- 5.8. Prosseguindo, o Diretor Presidente ressaltou que a dinâmica de elaboração e acompanhamento do orçamento está muito boa e elogiou o trabalho consistente que vem sendo feito pelo Carlos Ribeiro (Gerente Financeiro da Fundação). Ele reforçou que o orçamento é uma peça de gestão que deve ser monitorada constantemente pelo Conselho Curador;
- 5.9. Na área de Recursos Humanos (RH), verifica-se um volume de trabalho muito grande, pois envolve a contratação de muitos profissionais das mais diversas especialidades e competências. O Diretor Presidente informou que a questão dos cedidos é muito delicada e não interessa à Fundação que seja continuada no médio prazo. A liderança na área da RH precisa buscar a efetiva solução dos problemas de mão de obra, incluindo um encaminhamento definitivo sobre os cedidos;
- 5.10. Finalmente, ressaltou a necessidade de aprimorar os processos de governança incluindo a funcionalidade dos comitês e o processo de interação com as mantenedoras;
- 5.11. Prosseguindo, foi solicitado ao Diretor de Programas apresentar uma atualização sobre os programas e projetos. O Diretor de Programas iniciou noticiando a ocorrência de uma tromba d'água no município de Resplendor e seus efeitos negativos, ressaltando que não havia conexão com as atividades da Fundação. No entanto, a equipe do Plano de Emergência para o Período Chuvoso atuou de forma muito efetiva e próxima da comunidade. Aproveitou para mencionar um caso de Colatina, em que uma medida liminar obriga a Mantenedora Principal a disponibilizar floculante para tratamento de água. Essa, contudo, não é a melhor solução técnica para endereçar o problema, o que vem exigindo a participação técnica da Fundação em suporte à Mantenedora Principal. Explicou os casos de retenção de rejeitos em Germano de forma panorâmica, ressaltando o foco na estrutura de Nova Santarém, dada sua importância para o processo de retenção de rejeitos, e a construção do dique S4, que vem apresentando um progresso muito positivo. Em relação à Candonga, a dragagem vem sendo feita de forma satisfatória, incluindo a implementação da estrutura da barreira metálica, que atua de forma a proteger a própria estrutura da barragem;
- 5.12. O Presidente do Conselho agradeceu e ressaltou que ainda estamos em um período de transição, que deve ser conduzido de forma a evitar rupturas na condução dos programas,

VISTO

U.N.
Valina Leite da Cunha
Promotora de Justiça
Curadora de Fundações

3



com consequentes problemas para as pessoas impactadas e comunidades atingidas. Em segundo lugar, deve restar claro para as mantenedoras a independência da Fundação e de suas estruturas de governança. Isso é importante não só pelo aspecto jurídico, mas também para que a sociedade perceba que a Fundação age de forma independente e autônoma. Foi solicitado aos conselheiros que façam chegar às mantenedoras essa orientação de independência e autonomia;

5.13. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann pediu a palavra para falar sobre a atuação do CIF, ressaltando que esse órgão também está aprendendo a conduzir essa relação. Ele informou que foi proposta a criação de uma Câmara Jurídica para a discussão dos assuntos legais que eventualmente interessam ao CIF e citou caso de problemas entre Defensorias e advogados das mantenedoras. Em seguida, sugeriu que advogados das mantenedoras não participem das discussões nas Câmaras Técnicas, citando exemplo de advogada de uma das mantenedoras presente em reunião na Casa Civil da Presidência da República para discussões de assuntos da Fundação, o que deve ser evitado. O Conselheiro reforçou a necessidade de realização de um esforço concreto para separar a Fundação de suas mantenedoras;

5.14. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood suportou a busca por maior autonomia e independência da Fundação e ressaltou a oportunidade de utilizar a reunião do CIF em dezembro de 2016 para aproximar o Comitê Interfederativo e o Conselho Curador, objetivando a melhoria de relacionamento entre ambos. O Presidente do Conselho sugeriu que a Fundação Renova realize essa apresentação do Conselho Curador ao CIF em janeiro, apenas para acomodar as questões de agenda e pauta, e convidou a Dra. Valma Leite da Cunha para participar dessa reunião;

5.15. Dra. Valma Leite da Cunha agradeceu o convite para a reunião e parabenizou a Fundação pelo evento do Professor Pavan Sukhdev, realizado no dia 28 de novembro de 2016. Informou que o período de transição, conforme informado anteriormente, está no fim. Reforçou que sempre existiu uma oposição muito grande de diversos atores à criação da Fundação, por isso a importância de fortalecer sua independência. Ressaltou a existência de falhas de comunicação entre a Fundação e a Promotoria de Fundações, citando como exemplo a criação do Conselho Fiscal e a composição do Conselho Consultivo, além de ressaltar que várias iniciativas e indicações dependem unicamente da Fundação. Para corrigir as falhas de comunicação, a Fundação precisa estar mais próxima do MPMG e expor melhor os assuntos. A questão da autonomia a deixa muito preocupada, principalmente a participação do CIF, que é um órgão externo à Fundação, sendo necessário entender a função e a relação do CIF com a Fundação. Não se pode tolerar ingerências na atuação da Fundação.

5.16. Continuando, salientou que os princípios da Fundação, a despeito de ser uma entidade privada, são lastreados por princípios de ordem pública. A Fundação precisa dar muita transparência a todos seus processos, por exemplo, em relação aos processos de contratação de empresas e de profissionais. A Dra. Valma Leite da Cunha externou preocupação quanto aos aportes previstos na escritura de constituição e se as mantenedoras continuarão com o propósito definido quando de sua constituição;

5.17. O Presidente do Conselho ressaltou a importância de manter um relacionamento próximo entre a Fundação e o MPMG. Sobre o futuro da Fundação, o Conselheiro Sr. Ian

VISTO
B.N. 30/11/16
Valma Leite da Cunha
Promotora de Justiça
Curadora de Fundações





Burton Wood afirmou que a mantenedora subsidiária BHPB está totalmente comprometida com seu futuro, ainda que existam as discussões judiciais que eventualmente questionam o TTAC e a Fundação. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann indica que precisamos dialogar efetivamente com o CIF, pois há um entendimento no CIF de que suas deliberações devem ser implementadas pela Fundação. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza afirmou que a Fundação precisa efetivamente se posicionar perante ao CIF, inclusive para estabelecer os limites, papéis e responsabilidades de cada entidade;

5.18. O Diretor Presidente informou que a Presidente do CIF elaborou um processo de encaminhamento de discussões entre CIF e Fundação, que será discutido em 13 de dezembro de 2016. O Presidente do Conselho salientou que precisamos encaminhar esse assunto com o CIF de forma bastante amistosa;

5.19. Para abordar os pontos pendentes e em andamento em relação as últimas reuniões do Conselho Curador foi convidado o Sr. Guilherme Almeida Tângari. Sobre o complemento dos Conselhos Fiscal e Consultivo, o Diretor Presidente informou o atual estágio e pediu às mantenedoras a indicação de seus representantes. Especificamente sobre as indicações dos membros para o Conselho Consultivo, explicou que a dificuldade está ligada ao processo de eleição municipal e entende que até janeiro de 2017 teremos o Conselho constituído. Em relação ao Conselho Fiscal, informou que as pessoas estão resistentes a aceitar a posição devido à ausência do seguro para os Conselheiros e demais profissionais da Fundação (D&O). O seguro ainda não foi contratado, pois as seguradoras não demonstraram interesse em provê-lo à Fundação Renova. O Presidente do Conselho pediu uma abordagem junto às seguradoras para a resolução do problema. Sobre a indicação para o Conselho Fiscal, pediu aos Conselheiros para abordarem internamente nas mantenedoras sugestões de nomes para a composição;

5.20. Sobre o tema saúde e segurança, foi convidado o Sr. Rubens Bechara Júnior, que mostrou a taxa de acidentes relacionada à Fundação e apresentou a estrutura de atendimento ao longo das áreas onde os programas estão sendo implementados. O Diretor de Programas aproveitou para informar sobre o modelo de gestão de saúde e segurança, ressaltando os esforços ligados a treinamentos de segurança, notadamente de terceiros. Também informou os trabalhos que estão sendo feitos na coordenação dos trabalhos de atendimento a emergências (sirenes de comunicação, simulados de emergência etc.). O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza ressaltou a importância de atentarmos para os potenciais problemas relacionados a riscos de direitos humanos, e foi informado que essa matéria está sendo conduzida e acompanhada pelo responsável pelos processos de Direitos Humanos da Fundação, Estaneslau Klein. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood ressaltou a necessidade de verificarmos a possibilidade de mitigarmos o risco de deslocamento e tráfego terrestre de empregados;

5.21. O Diretor Presidente informou sobre o trabalho que a Fundação pretende conduzir com o apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza (*International Union for Conservation of Nature - IUCN*), para que o Conselho avalie se o modelo de trabalho proposto deve ser celebrado pela Fundação. O Sr. Steve Edwards, do IUCN, foi convidado para apresentar o trabalho. Ele iniciou a apresentação explicando a estrutura de governança da IUCN e os seus processos, destacando a transparência e a independência. Os princípios que

VISTO

B.N. 102/17

Valma Leite de Cunha
Promotora de Justiça
Curadora de Fundações



regem os trabalhos são independência, transparência, responsabilidade e engajamento. Citou exemplos de painéis de assessoramento conduzidos pela IUCN, destacando os resultados, as experiências e as soluções propostas nestes trabalhos. Mostrou as primeiras impressões sobre o diálogo com a Fundação, destacando a liderança, a oportunidade e o entusiasmo relacionado com a recuperação do Rio Doce. Os objetivos do painel do Rio Doce seriam a consultoria científica independente para a Fundação, uma perspectiva de escala de toda paisagem, o robustecimento dos trabalhos da Fundação, bem como a definição das potenciais áreas temáticas. Finalizou com a apresentação de um cronograma proposto para os próximos passos e estabelecimento dos trabalhos. O Presidente do Conselho aproveitou para salientar que recebe muitos contatos de pessoas do vale do Rio Doce e não podemos perder a oportunidade de investir da melhor forma possível os recursos destinados à Fundação, dado que a região afetada é extremamente carente e a Fundação tem a oportunidade para alterar essa realidade. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann fez dois questionamentos, inicialmente sobre (i) o tamanho da representação da IUCN e como isso pode afetar o trabalho da Fundação, pois no Brasil ela tem um escritório pequeno, a despeito de seu tamanho no exterior, e, em seguida, sobre (ii) a forma de internalização desse trabalho para evitar problemas no futuro próximo. O Diretor Presidente explicou como foi desenhado o trabalho, sendo que a ideia é constituir esse painel com a participação de profissionais estrangeiros e brasileiros. O pedido da Diretoria é que a Fundação possa prosseguir na elaboração de um termo de referência com a IUCN e depois disso os próximos passos seriam detalhados;

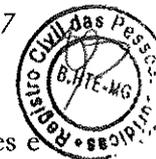
5.22. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood salientou que o presidente do painel deve ser um reconhecido cientista brasileiro, suportado por um grupo de profissionais estrangeiros de elevado reconhecimento. A grande questão é legitimar o trabalho da Fundação de forma muito robusta e reconhecida interna e externamente. O papel da IUCN é permitir uma participação de profissionais independentes no sentido de escrutinar as questões relacionadas à água. O Diretor de Programas fez duas ponderações, quais sejam, como isso pode ser percebido pelos atores públicos brasileiros e como isso pode afetar a demanda por recursos. O Diretor Presidente salientou que a Fundação não tem expertise técnica e precisamos elevar o conhecimento técnico científico relacionado aos programas, para que possamos realmente apresentar soluções que sejam efetivamente aderentes às necessidades da sociedade. O Presidente do Conselho sugeriu que a Diretoria Executiva proponha em janeiro de 2017 um termo de referência para o Conselho Curador, em nome de credibilidade e confiança, constituindo uma equipe específica para a elaboração desse termo;

5.23. Iniciando a apresentação do orçamento de 2017, o Presidente do Conselho informou sobre o processo de discussão ao longo do último mês de novembro, de modo a possibilitar um modelo bastante ajustado e considerando ser o primeiro orçamento elaborado diretamente pela Fundação. O orçamento deve ser uma peça gerencial, e como tal, deve ser regularmente acompanhado pelo Conselho. Para tratar especificamente do orçamento, foi convidado o Sr. Carlos Henrique Ribeiro, Gerente Financeiro da Fundação Renova. O Sr. Carlos Henrique Ribeiro consolidou a apresentação com um resumo do orçamento após as diversas revisões. O orçamento para despesas finalísticas é de R\$ 1.894.200.000,00 (um bilhão, oitocentos e noventa e quatro milhões e duzentos mil reais) e para despesas administrativas é de R\$ 42.300.000,00 (quarenta e dois milhões e trezentos mil reais). O

VISTO

N.N. 102/17

Valma Leão da Cunha
Promotora de Justiça
Curadora da Fundação



orçamento total é de R\$ 1.936.500.000,00 (um bilhão, novecentos e trinta e seis milhões e quinhentos mil reais). O Sr. Carlos Henrique Ribeiro detalhou as premissas que guiaram a elaboração do orçamento, detalhou os seus princípios e os detalhes de sua elaboração;

5.24. Sobre o orçamento do programa ambiental, o Conselheiro Sr. Ian Burton Wood informou que sua preocupação é a percepção do IBAMA em relação às diferenças orçamentárias entre o que foi apresentado no Plano de 3 anos e o que está agora sendo apresentado no orçamento. Foi convidado o Sr. Euzimar Augusto da Rocha Rosado, Coordenador Técnico de Meio Ambiente, para responder o questionamento. O Diretor de Programas ressaltou que existe um ponto importante para balizar essa discussão, qual seja, o que previa a remoção do rejeito quando da apresentação do Plano de 3 anos. Foi discutida uma matriz de tomada de decisão em conjunto com o IBAMA para a condução desse assunto, ou seja, é um assunto ainda em discussão. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entende que devemos ser mais conservadores na apresentação do orçamento, de modo que esteja aderente ao Plano de 3 anos. Deve ficar claro que o orçamento previsto no Plano de 3 anos difere do orçamento de 2017 em função das análises técnicas e do aprofundamento em relação aos programas do TTAC. O orçamento será adequado para acomodar a discussão, aumentando em R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). A Diretoria Executiva reforçou o entendimento de que essa adequação não significa que o gasto será executado, pois não necessariamente as demandas do IBAMA tem suporte técnico que justifique sua adoção;

5.25. Retornando à discussão do orçamento, o Sr. Carlos Henrique Ribeiro detalhou os pontos mais relevantes dos programas que impactaram a elaboração da peça orçamentária. Aproveitou para detalhar as alterações das despesas administrativas desde as últimas reuniões. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann recomendou que a Fundação tenha um departamento jurídico forte, pois os valores de honorários estão muito elevados. O Presidente do Conselho aproveitou para sugerir a priorização de escritórios locais. O Sr. Carlos Henrique Ribeiro informou que as despesas jurídicas ligadas ao PIM serão alocadas no próprio programa. O Diretor Presidente informou que as despesas com o sistema de *compliance* também foram revistas, considerando a diferença entre o modelo da Mantenedora Principal e o da Fundação. Sobre as despesas de viagens, o orçamento também foi revisado e a Fundação se comprometeu a reduzir esses custos para o ano de 2017;

5.26. Para as discussões envolvendo RH, foi convidada a Sra. Juliana Borges Ferreira Souto. A Sra. Juliana apresentou o panorama do quadro atual da Fundação, compreendendo empregados próprios, temporários, cedidos e serviços contratados. Após essa introdução, apresentou os desafios na gestão de pessoas, culminando na demanda por capital social e humano, considerando como competências essenciais a capacidade de argumentação e relacionamento, sustentação técnica das soluções, capacidade de entrega no prazo e custo, capacidade de engajamento e de mediação de diferentes pontos de vista;

5.27. Continuando, mostrou os eixos temáticos identificados para a Fundação e sua conexão com os programas. Dividiu os assuntos e competências em (i) centrais (*core*), (ii) flexíveis, (iii) externos e (iv) serviços compartilhados. As posições *core* necessariamente remetem para contratação de empregados próprios. Questionada pela Dra. Valma Leite da Cunha sobre a transparência nessas ofertas de posições de trabalho, a Sra. Juliana informou



VISTO

08.11.16
Valma Leite da Cunha
Promotora de Justiça
Curadora do Ambiente



que todos os processos são amplamente divulgados na internet e no mercado para que todos os públicos sejam atingidos. Adicionalmente, o Presidente do Conselho ressaltou que não há favorecimento a nenhum candidato ou qualquer forma de privilégio nos processos de contratação;

- 5.28. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza salientou a importância do dimensionamento de pessoal, de modo a evitar a exposição a riscos trabalhistas. A Fundação não deve em hipótese alguma estabelecer relações de trabalho que gerem alguma forma de riscos trabalhistas. Temos de, desde já, nos prepararmos para enfrentar a situação dos empregados cedidos, o que atualmente vem causando dificuldades relacionadas a identidade, provisoriedade e insegurança, dentre outras. Além disso, a situação desses trabalhadores depende do que ocorrerá com a Mantenedora Principal no curto prazo. Finalmente, o pedido da Diretoria Executiva é que o Conselho Curador aprove a estrutura organizacional apresentada na reunião. O Presidente do Conselho sugeriu que a Diretoria Executiva se debruce mais detidamente sobre o assunto nos próximos dias e retorne com o assunto na próxima reunião do Conselho Curador, sem interromper os processos de contratação atualmente em curso;
- 5.29. Sobre a Política de Remuneração, a Sra. Juliana informou que num primeiro momento a remuneração se posicionaria em salário-base na mediana (P50). Após isso, foi contratado um estudo para a elaboração de uma Política de Remuneração mais estruturada, que compreende algumas variáveis, e, em resumo, considera o salário-base em P75. O não pagamento de remuneração variável vem se mostrando um obstáculo para atração de profissionais do mercado. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann reforçou o entendimento de que o capital mais importante da Fundação é o capital humano, daí a importância de estudar políticas de remuneração e também de retenção de profissionais. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza salientou que a situação atual de mercado permite a utilização do padrão atual do P50. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood ressaltou a importância de atrair boas pessoas, profissionais de ótimo nível, considerando os desafios da Fundação. Reforçou a necessidade de pensarmos no P75 para que consigamos atrair tais profissionais diferenciados. O Diretor Presidente salientou a necessidade de pensar na Política de Remuneração como uma ferramenta de atração de profissionais. Dra. Valma Leite da Cunha reforçou a necessidade de acompanhar a remuneração de mercado, para evitar questionamentos desnecessários. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão atentou para a necessidade de a Sra. Juliana ter essa decisão da Política, já que os processos de contratação estão em curso e eventualmente podem ser impactados por essa indefinição temporária. O Presidente do Conselho sugeriu que a Diretoria Executiva se debruce mais detidamente sobre a Política de Remuneração e retorne com o assunto na próxima reunião do Conselho Curador, sem interromper os processos de contratação atualmente em curso;
- 5.30. Sobre questões legais, foi convidado o Sr. Leonardo André Gandara, que explicitou o tratamento tributário da Fundação Renova. Explicou a aplicação do caráter de imunidade da Fundação Renova, considerando seu caráter de assistência social. Os pareceres jurídicos sobre a imunidade tributária da Fundação Renova foram encaminhados para conhecimento dos conselheiros, bem como a análise de riscos e os valores envolvidos na discussão. Para evitar exposição desnecessária e criação de contingência tributária, os conselheiros entendem que a Fundação deverá apurar os valores devidos de contribuição previdenciária desde o



VISTO
D.H. 12/12/16
Valma
Valma Leite da Cunha
Promotora de Justiça
Curadora de Fundações

CAF *MA* *IB* *OW* *Juliana* *Flávio* *Leonardo*



início das atividades da Fundação, solicitar ao Financeiro (serviços compartilhados) o recolhimento de tais valores, reconfigurar a folha de pagamento para o cálculo do INSS do empregador a partir do mês de novembro de 2016, retificar livros legais e fiscais da Fundação caso necessário, elaborar consulta tributária à Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca da aplicação da imunidade tributária da Fundação Renova e, finalmente, condicionada à resposta da consulta, elaborar estratégia legal de pleitear judicialmente a imunidade;

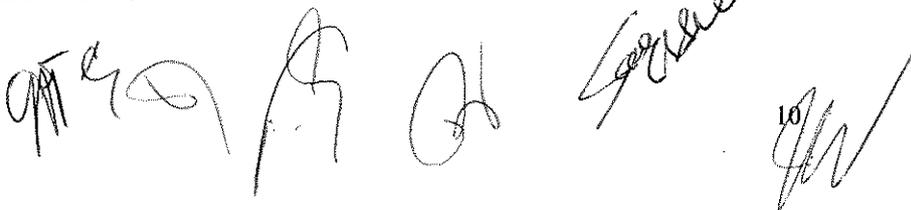
- 5.31. Sobre o termo de referência dos Comitês, o Sr. Guilherme Almeida Tângari informou que o termo de referência do Comitê Jurídico e de *Compliance* está sendo revisado pelas respectivas áreas da Fundação e das mantenedoras. Solicitou aos Conselheiros que indiquem os membros do Comitê Técnico. O Presidente do Conselho reitera a necessidade de elaboração do termo de referência do Comitê Jurídico e de *Compliance*.
- 5.32. Questionado sobre a governança jurídica, o Sr. Leonardo André Gandara explicou a atual estrutura e formato das discussões com as mantenedoras. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão informou que precisa haver consistência na atuação da Fundação no que tange aos impactos judiciais que podem existir em relação às mantenedoras. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann informou que consistência não significa subordinação, e que os advogados das empresas não podem debater assuntos da Fundação e essa regra deve ser observada. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann defende que as empresas não têm lugar no CIF, por isso não tem sentido participarem das discussões endereçadas a tal fórum. A questão não é de mérito, mas sim de procedimento. Deve haver uma disciplina e uma hierarquia no encaminhamento de todos os assuntos da Fundação, e isso se aplica aos assuntos de natureza jurídica. O Conselheiro Sr. Wilson Márcio Depes salientou que o Comitê Jurídico e de *Compliance* deve suportar a Diretoria Executiva em suas decisões, não tendo posição soberana nas decisões da Fundação. O Conselheiro Sr. Luiz Soresini salientou a necessidade de estabelecimento de um ponto focal jurídico de cada empresa mantenedora. O Presidente do Conselho reforça a necessidade de efetiva instalação e fortalecimento do Comitê Jurídico e de *Compliance*, que deve ter o papel auxiliador e de assessoramento;
- 5.33. O Diretor Presidente reforçou a importância da disciplina na segregação entre a Fundação e suas mantenedoras. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão ponderou, no entanto, que em alguns casos a posição das mantenedoras pode influenciar na eficiência da decisão da Fundação;
- 5.34. O Presidente do Conselho aproveitou para recomendar que a Fundação elabore uma proposta de abordagem e relacionamento com os órgãos do Ministério Público;
- 5.35. Para abordar as questões de *compliance*, foi convidada a Srta. Roberta Guasti Porto, que abordou a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento de Terrorismo. Será circulada uma minuta da Política nas próximas duas semanas para aprovação do Conselho Curador;
- 5.36. Também foi apresentado o caso do convênio com a Emater (relacionado ao Programa 17 – Retomada das Atividades Agropecuárias) para aprovação do Conselho Curador. Serão circuladas informações detalhadas para aprovação dos Conselheiros;
- 5.37. Sobre a avaliação do Diretor Presidente e indicadores de desempenho, foi apresentado
- VISTO em linhas gerais o que se espera apresentar para o Conselho Curador nos próximos meses

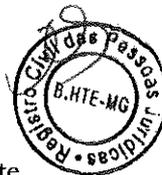
em relação a avaliação de desempenho. O Conselheiro Sr. Fábio José Feldmann entende que devemos ter muito cuidado no estabelecimento de indicadores, ainda mais considerando a complexidade e especificidade da Fundação. O Presidente do Conselho acrescentou que o Conselho Curador também deve ser avaliado periodicamente;

- 5.38. Sobre a atualização dos programas, foi convidado o Sr. Marcelo Figueiredo, que apresentou uma visão sobre os fatos relevantes. Inicialmente abordou o programa de cadastro de impactados, informando seu andamento. Sobre o processo de reassentamento, informou que o processo urbanístico foi apresentado para a comunidade e se encontra em análise. O problema de fundo nesta situação é que a indicação de consultorias pelo MPMG não pode ser admitida sem uma motivação legal;
- 5.39. Sobre os programas socioambientais, o Sr. Marcelo Figueiredo explorou os ocorridos no controle de erosão nas áreas prioritárias entre o dique S4 e Candonga, os programas de recuperação de APPs e nascentes, os estudos de conservação da biodiversidade aquática e a conservação da fauna e flora terrestre. Aproveitou para informar sobre a situação dos programas ainda sob responsabilidade da mantenedora principal;
- 5.40. Fez uma breve atualização sobre o Plano de Emergência para o Período Chuvoso, informando sobre o nível de preparação das centrais de comando. O Conselheiro Sr. Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão recomendou que sejam formalizados todos os pedidos feitos às centrais de comando que não estejam relacionados ao objetivo da central e da Fundação (exemplo de rompimento de adutora em Barra Longa e tromba d'água de Resplendor, em que pediram ajuda da Fundação). O Sr. Marcelo Figueiredo nivelou os conselheiros sobre o relatório da Operação Augias, conduzida pelo IBAMA;
- 5.41. Seguindo agenda, o Sr. Marcelo apresentou o planejamento para gestão de contratos previsto para implementação na Fundação. O Diretor Presidente salientou que o processo de gestão de contratos pressupõe também o entendimento do modelo de contratação, ou seja, o que move a tomada de decisões, a estrutura de contratações, dentre outros;
- 5.42. Sobre o projeto de recuperação ambiental dos tributários, o Sr. Marcelo mostrou evidências e fotos de vários pontos nas frentes de trabalho. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza questionou como a fiscalização percebe esses trabalhos de recuperação, no que foi respondido pelo Diretor de Programas que somente agora os órgãos estão tendo uma boa recepção em relação aos trabalhos, mas é um processo longo e que exigirá muito trabalho da Fundação. O Diretor Presidente informou que esse trabalho de relacionamento envolve uma redução das tensões que foram estabelecidas e precisam ser enfrentadas com muita tranquilidade;
- 5.43. Finalizando a reunião, o Presidente do Conselho pediu que os conselheiros avaliassem a reunião. O Conselheiro Sr. Ian Burton Wood entendeu a reunião muito boa, mas acha que podemos melhorar a agenda para aproveitamento da participação de todos e discussão de todos os assuntos. O Conselheiro Sr. Celso Castilho de Souza reiterou o pedido de envio de informações periódicas e não esperar a reunião ordinária para divulgar programas, realizações, entregas e o processo de comunicação. Foram sugeridas reuniões itinerantes do Conselho Curador para o ano de 2017.

VISTO

C.H. 102/17
Valma Leite da Cunha
Promotora de Justiça
Curadora de Fundações





6. **Deliberações Tomadas:** Cumpridas todas as formalidades previstas na legislação pertinente e no Estatuto da Fundação Renova, os conselheiros presentes, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações:

- 6.1. A lavratura desta Ata na forma de sumário;
- 6.2. A aprovação de orçamento apresentado para o ano de 2017 no valor de R\$1.936.500.000,00 (um bilhão, novecentos e trinta e seis milhões e quinhentos mil reais);
- 6.3. A apuração dos valores devidos de contribuição previdenciária desde o início das atividades da Fundação, o recolhimento de tais valores, a reconfiguração da a folha de pagamento para o cálculo do INSS do empregador a partir do mês de novembro de 2016, a retificação dos livros legais e fiscais da Fundação e a elaboração de consulta tributária à Secretaria da Receita Federal do Brasil acerca da aplicação da imunidade tributária da Fundação Renova.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

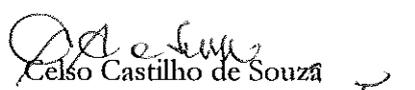
Belo Horizonte, 30 de novembro de 2016.


Wilson Nélio Brumer
Conselheiro Titular

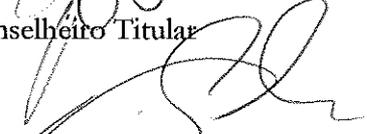

Wilson Márcio Depes
Conselheiro Titular


Ian Burton Wood
Conselheiro Titular


Fábio José Feldmann
Conselheiro Titular


Celso Castilho de Souza
Conselheiro Titular


Luiz Spresini
Conselheiro Titular


Flávio de Medeiros Bocayuva Bulcão
Conselheiro Titular


Guilherme Almeida Tangari
Secretário

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte - MG

SELO ELETRÔNICO Nº BGS68382
CÓD. SEC.: 2244.7062.0204.3032

Quantidade de Atos Praticados: 00012

Emol: R\$ 348,23 TFJ: R\$ 109,46 Total: R\$ 457,69

Consulta a validade deste Selo no site <https://selos.tjmg.jus.br>



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Av. Afonso Pena, 732 - 2º Andar - Belo Horizonte / MG - Telefax: (31) 3224-3878

FUNDAÇÃO RENOVA

AVERBADO(A) sob o nº 23, no registro 138160, no Livro A, em
23/02/2017
Belo Horizonte, 23/02/2017 

Emol: (6411-3) R\$ 268,95 TE: R\$ 89,66 Rec: R\$ 16,14 - Total: R\$ 374,75
(8101-8) R\$ 59,62 TFJ: R\$ 19,80 Rec: R\$ 3,52 - Total: R\$ 82,94

() José Hedi Néri - Oficial () Ana Paula Néri Silveira - Escrevente Substituta
Escreventes: () Eloy Wesley Rodrigues Mendes () Anibal Shacksushas Dias Da Silva () Eden Silva Pinto De Cerveja

VISTO

B.H. J.º 102 117


Valma Lello da Cunha
Promotora de Justiça
Curadora de Fundações